



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Cláudia Sofia Ferreira Cardoso Pereira

**Parentalidade em Contextos de Risco e Perigo:
Perceções de um grupo de Profissionais**

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

outubro, 2019



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Cláudia Sofia Ferreira Cardoso Pereira

**Parentalidade em Contextos de Risco e Perigo:
Perceções de um grupo de Profissionais**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça:
Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto
no dia 11/12/2019, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^ª. Doutora Célia Isabel Lima Ferreira (Prof^ª. Auxiliar da
Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Prof^ª. Doutora Ana Rita Conde Dias (Prof^ª. Auxiliar da
Universidade Lusófona do Porto);

Orientador: Prof^ª. Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Prof^ª. Auxiliar
da Universidade Lusófona do Porto).

outubro, 2019

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

A mesma rua que me viu a crescer é a mesma rua que separa a Escola Primária, onde aprendi a ler e a escrever, da Universidade, onde me tornei Licenciada e Mestre. Tal como me acompanhaste-me de mão dada no primeiro dia na Escola Primária e durante todo o meu crescimento, agora, acredito que continuas e sempre continuarás sempre presente e dar-me a mão! Porque a rua era a Rua do Sol e tu para mim serás aquele Sol quente e brilhante. Para Ti,
“Vó Lena”!

A todos aqueles que acreditaram, que acompanharam e contribuíram para a conclusão de mais uma etapa!

Agradecimentos

A concretização desta dissertação representa o culminar de mais uma etapa extremamente importante, em que o esforço, motivação e dedicação foram os ingredientes chave para ultrapassar inúmeras dificuldades, o que fez que com que me tornasse numa pessoa exigente, determinada e feliz como sou hoje.

A elaboração desta dissertação não foi de todo fácil. Reconheço que existiu muitos altos e baixos, pelo que é importante agradecer a todas as pessoas que influenciaram de uma forma positiva o meu percurso, que acreditaram sempre em mim e que me apoiaram, quando eu já não conseguia fazê-lo.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais a quem tudo lhes devo. Contribuíram e muito para o meu desenvolvimento pessoal, social, académico e profissional. Sem dúvida foram os meus grandes alicerces e “trampolins” para conseguir sempre tudo e agradeço tudo o que fizeram/fazem para que eu fosse/seja feliz.

Ao meu André, pelo o amor, carinho e incentivo. Sem dúvida que o teu apoio, a felicidade e a paciência foram motivadores para tudo. Obrigada por caminhares sempre ao meu lado. Obrigada pelas tuas palavras de incentivo nos momentos de maior fragilidade!

À Professora Doutora Carla Antunes, agradeço o apoio, a paciência, a disponibilidade, o carinho, as palavras de incentivo e a partilha do seu conhecimento. Agradeço do fundo do coração pelas suas intervenções e acima de tudo, estou-lhe eternamente grata por ter acreditado em mim!

Um agradecimento às CPCJ, nomeadamente aos seus Comissários, pelo apreço e pela oportunidade de realizar as entrevistas que foram fundamentais para este estudo. À minha família e amigos, agradeço o vosso apoio e compreensão pelas minhas ausências!

Parentalidade em Contextos de Risco e Perigo: Percepções de um grupo de Profissionais

Resumo

A parentalidade é a tarefa mais desafiante da vida, uma vez que estimula à criação de papéis parentais com vista a satisfazer as necessidades básicas de uma criança/jovem e potencializar um desenvolvimento normativo. Quando o papel parental é colocado em causa, exige uma intervenção dos serviços de proteção, sendo reconhecida a dificuldade dos profissionais envolvidos em intervir e tomar decisões relativas à família. Nesta sequência e, assumindo que a tomada de decisão tem implicações para a intervenção e para o ajustamento das famílias e crianças/jovens envolvidos, torna-se imperativo compreender quais os fatores que influenciam este processo. O presente estudo teve como principais objetivos analisar as percepções e atitudes dos profissionais sobre a parentalidade e o desenvolvimento das crianças/jovens em contextos de risco/perigo, bem como explorar as percepções acerca do papel do Sistema de Promoção e Proteção no ajustamento individual e familiar nestes contextos. A amostra foi constituída por 20 profissionais (85% do sexo feminino) integrados em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da zona norte do país, com idades compreendidas entre os 29 aos 55 anos de idade ($M = 43.45$; $DP = 7.92$). O protocolo de instrumentos administrados incluiu um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os dados recolhidos foram analisados de acordo com a análise temática com o recurso ao *software* de investigação qualitativa QSR Nvivo12. Os resultados permitiram conhecer a perspetiva dos profissionais sobre a parentalidade, bem como da relevância do apoio social e das instâncias formais neste ajuste da parentalidade, contribuindo para a necessidade de existir um maior aprofundamento das dimensões consideradas importantes para assegurar e promover o superior interesse da criança/jovem.

Palavras-chave: Percepções; atitudes; famílias em risco/perigo; crianças e jovens em risco/perigo; Sistema de Promoção e Proteção

Parenthood in contexts of risk and hazard: Perceptions of a group of Professionals

Abstract

Parenthood is the most challenging task in life, since it stimulates the creation of parental roles in order to meet the basic needs of a child/young people and enhance a normative development. When the parental role is called into question, it requires an intervention of the protection services, recognizing the difficulty of the professionals involved in intervening and making decisions regarding the family. In this sequence, and assuming that decision making has implications for the intervention and for the adjustment of the families and children/young people involve, it is imperative to understand which factors influence this process. The main of this study were to analyse the perceptions and attitudes of professionals about parenthood and the development of children/young people in risk/hazard contexts, as well as to explore perceptions about the role of the Promotion and Protection System and family adjustment in these contexts. The sample consisted of 20 professionals (85% females) integrated in Child and Young People Protection Commissions in the northern part of the country, aged between 29 and 55 years old ($M = 43.45$; $SD = 7.92$). The protocol of instruments administered included a socio-demographic questionnaire and a semi-structured interview. The data collected were analyse according to the thematic analysis using the qualitative investigation software QSR Nvivo12. The results allowed to know the professionals' perspective on parenthood, as well as the relevance of social support and formal instances in this adjustment of parenthood, contributing to the need for a deeper understanding of the dimensions considered importante to ensure and promote the best interest of the child/young people.

Keywords: Perceptions; attitudes; families at risk/hazard; children and young people at risk/hazard; Promotion and Protection System.

Índice

Enquadramento Conceptual.....	1
A família e a parentalidade: questões concetuais e introdutórias	1
Parentalidade: modelos concetuais e explicativos	3
Parentalidade e risco	6
Papel das crenças e atitudes sociais na parentalidade.....	9
Relevância científica do estudo	10
Método.....	11
Participantes.....	11
Instrumentos	13
Procedimentos.....	13
Análise de dados	14
Resultados.....	14
Discussão dos resultados	25
Referências bibliográficas	29

Índice de abreviaturas e siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CEDIC – Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CNPDP CJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais

ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

LPCJP – Lei de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo

OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses

PIAC – Programa Integrado de Apoio à Comunidade

ULP – Universidade Lusófona do Porto

Índice de tabelas

Tabela 1: <i>Caracterização sociodemográfica dos participantes</i>	12
Tabela 2: <i>Subdimensões sobre os fatores explicativos da parentalidade</i>	15
Tabela 3: <i>Subdimensões sobre as funções associadas à parentalidade</i>	17
Tabela 4: <i>Dimensões e subdimensões sobre a parentalidade e a criança em contextos de risco</i>	18
Tabela 5: <i>Dimensões e subdimensões sobre as características do Sistema</i>	20
Tabela 6: <i>Dimensões e subdimensões sobre o papel do Sistema na parentalidade</i>	21
Tabela 7: <i>Subdimensões sobre as propostas à melhoria do Sistema</i>	23

Parentalidade em Contextos de Risco e Perigo: Perceções de um grupo de Profissionais

A família e a parentalidade: questões concetuais e introdutórias

A família é definida como um sistema complexo e dinâmico, a qual é influenciada por diversos fatores sociais e contextuais, em que as relações familiares interferem na sua dinâmica, complementando-a com a partilha de papéis e funções (Santos, Cecílio, Teston & Marcon, 2012). Devido à multiplicidade de representações (e.g., estrutura familiar, funções) em torno dos elementos que a constituem, torna o construto ambíguo e mesmo contraditório com a atualidade (Marques, 2017). Esta diversidade é explicada pelas sucessivas transformações que têm ocorrido, nas quais a família tem sido o principal agente, e alvo, desta evolução. Ao longo do tempo, existiram lacunas nos aspetos mais significativos da concetualização familiar, que advieram da escassez de instrumentos de avaliação.

Atualmente, é possível observar a modificação das estruturas familiares, deixando de serem baseadas na ideia de família conservadora, com uma visão patriarcal, mas antes passando a assumir características mais consonantes com a realidade atual. Para Dias (2001), a visão de outrora em que a família era sinónimo de celebração do casamento, da diferença do sexo do par ou o envolvimento de carácter sexual, já não condiciona o paradigma existente. A partilhar o mesmo pensamento, Cruz (2013) refere que nas últimas três décadas as modificações assentam na configuração da família, dos novos valores e dinâmicas familiares.

Na perspetiva de Dias (2011) foram as mudanças políticas, económicas e sociais que potenciaram a criação de novas estruturas e dinâmicas familiares. A organização interna da família sofreu alterações, isto é, observa-se uma diminuição do número de natalidade e consequente diminuição das famílias numerosas; aumento das famílias reconstituídas devido ao aumento do número de divórcios, sendo certo que passaram a existir mais uniões de facto; não esquecendo do surgimento das famílias homossexuais (Dias, 2011). As novas concetualizações de família conduziram a um maior investimento científico, nomeadamente no que se refere às famílias monoparentais, as famílias de adoção, como também as situações de divórcio, parentalidade na adolescência e situações de maus-tratos (Cruz, 2013). Nos dias de hoje, a família assume diversas formas (e.g., nuclear, alargada, monoparental, reconstituída, unitária, entre outras) e distingue-se pela presença do

vínculo afetivo dos seus membros e o compromisso comum de projetos de vida (Dias, 2011). A par desta evolução, as práticas exercidas no seio familiar podem ser influenciadas pelas mudanças sociais, que contribuem para a construção e desenvolvimento dos seus membros (Costa & Laport, 2019).

Assim, a família é concebida como sendo o primeiro contexto de socialização que, mediante vários processos significativos, deverá garantir o bem-estar e o desenvolvimento global de uma criança e/ou jovem (Bhat & Khadi, 2018; Isaacs, Roman, Savahl & Sui, 2018). Na mesma linha de pensamento, para Oliveira (2016), a família é um microssistema em que cada elemento representa e contribui com o seu papel, influenciando a sua organização estrutural e funcional. Entre todas as transições existentes, uma que marca na vida adulta é a fase em que homens e mulheres se transformam em pais e mães e, neste papel, têm importantes responsabilidades na formação para a cidadania, na satisfação das necessidades físicas e afetivas e no desenvolvimento de valores éticos e morais (Cruz, 2013; Silva, Andrade, Barbosa, Hoffmann & Macedo, 2009). Desde então, independentemente do tipo de estrutura da família, esta deve potenciar um ambiente harmonioso e protetivo, dando a importância de perspetivar, e sobretudo potenciar, um bom desenvolvimento integral de todos os elementos.

No seio da dinâmica familiar, a parentalidade caracteriza-se por ser um processo desafiante e determinante no desenvolvimento do indivíduo, sendo que o papel que lhe está inerente está sujeito ao escrutínio público (Bhat & Khadi, 2018). É um papel que dá a continuidade da geração, como também corresponde a uma expectativa social relacionada com o que é expectável cumprir na idade adulta (Cruz, 2013). De acordo com Cruz (2013) a parentalidade é um conceito universalmente conhecido, o qual abrange um conjunto de ações realizadas pelos cuidadores que visam a garantir um desenvolvimento normativo da criança, tendo apoio familiar e/ou da comunidade.

A transição para a parentalidade acarreta grandes mudanças nos papéis, nas responsabilidades e nas identidades dos pais. Este período de transição pode ser particularmente desafiante, uma vez que para muitos pais é um acontecimento normativo de *stress*, que em situações extremas poderá condicionar as práticas parentais (Solmeyer & Feinberg, 2011). Durante muitas décadas, os papéis parentais eram distintos, sendo que a mãe era vista como tendo um papel mais restrito e doméstico, e ao pai era atribuída a responsabilidade de garantir a ordem e a estabilidade financeira da família (Borsa & Nunes, 2011). Embora este modelo ainda permaneça em diversos contextos, o pai tem

demonstrado interesse em participar nos cuidados e no desenvolvimento biopsicossocial da criança, pelo que também se assiste a uma transfiguração do papel da mulher na sociedade, na medida em que conduziu à emancipação do género feminino nas mais diversas áreas (Barros, Silva & Martins, 2019). Nesta sequência, alguns autores (e.g., Gomes & Resende, 2004; Silva & Piccinini, 2007) têm vindo a salientar a relevância de uma coparentalidade, ou seja, que ambos os pais exerçam de forma colaborativa e equitativa o seu papel. Ao assumirem esta coparentalidade, a criança poderá construir uma imagem positiva em representação das suas relações afetivas e das interações sociais. Caso o exercício da copaternidade se baseie numa relação parental conflituosa, poderá desencadear problemas comportamentais e emocionais nos filhos (McHale, Kuersten-Hogan & Rao, 2004).

Parentalidade: modelos concetuais e explicativos

Compreender as razões pelas quais determinadas famílias parecem exercer um papel mais consistente, comparativamente com outras, que têm maiores dificuldades, tem merecido uma preocupação por parte dos investigadores cujas respostas têm implicações para a prática (Holden, 2010; O'Connor, 2002, citado por Macana & Comim, 2015). Importa, então compreender que a investigação tem apontado diversos fatores que explicam a formação da parentalidade, a partir do momento em que ela surge e do que ela exige dos seus membros (Cruz, 2013).

Complementando as propostas de Bronfenbrenner (1979) e de Belsky (1984), Hoghughi (2004) propôs um modelo que permitia ter indicadores que orientavam para as competências e capacidades parentais, sendo possível entender a sua complexidade no exercício da parentalidade e da sua importância para o desenvolvimento da criança (Silva & Vieira, 2018). O próprio autor refere que a parentalidade engloba um conjunto de atividades por parte dos cuidadores, que visa assegurar e proporcionar a sobrevivência, o desenvolvimento normativo e a sua autonomia (Hoghughi, 2004). No entanto, apesar da exigência das práticas educativas, os pais são considerados uma base segura no desenvolvimento das crianças, não esquecendo da eventualidade de existirem fatores que podem interferir na atividade parental (Barroso & Machado, 2010).

A investigação sobre este domínio tem vindo a corroborar a existência de inúmeros fatores determinantes do comportamento dos pais e, de acordo com Belsky e Jaffee (2006), o comportamento é influenciado pela combinação das perspetivas individuais, históricas e sociais. Assumindo como referência o paradigma biopsicossocial, Belsky e Jaffee (2006),

procuraram analisar os fatores que são explicativos dos comportamentos dos progenitores. Ao contrário de outras perspetivas (Plomin & Crabbe, 2000) que consideram que os padrões educativos parentais derivam da genética, este modelo advoga que estes padrões comportamentais derivam do próprio ambiente. Mais especificamente, o modelo socio-contextual e ecológico faz referência a três grandes determinantes que influenciam as práticas parentais:

a) *Características individuais dos progenitores.* No que diz respeito aos fatores relacionados com os cuidadores (e.g., personalidade e psicopatologia), estes influenciam não só o desenvolvimento e crescimento da criança, mas também o contexto onde estão inseridos (Barroso & Machado, 2010; Cruz, 2013). A investigação sobre a relação entre a parentalidade e os fatores da personalidade é relativamente recente e indica que estes poderão afetar o modo como os progenitores exercem a sua parentalidade (Barroso & Machado, 2010; Cruz, 2013). Destaca-se ainda que estes traços de personalidade e o comportamento parental podem ser modificados mediante as experiências de vida dos progenitores, o que pode condicionar o exercício da parentalidade devido às atribuições e expetativas que os pais possam ter em relação ao comportamento da criança (Bugental & Happaney, 2004). Ainda assim, existe uma base empírica que sustenta a hipótese de que os pais têm um efeito significativo no bem-estar das crianças, e no modo como estas se desenvolvem e respondem aos ambientes e interagem com os outros (Gryczkowski, Jordan & Mercer, 2017). A partilhar este pensamento, Figueiredo e Lamela (2014) consideram que a adoção de diferentes estilos e práticas parentais podem repercutir-se no desenvolvimento e bem-estar da criança, por exemplo práticas com elevado controlo parental e consequente baixo suporte, negatividade e rejeição pode estar na origem de comportamentos externalizantes e internalizantes. No entanto, é mais comum encontrar na literatura estudos que referem a influência que os pais têm sobre os filhos, do que ao contrário (Cruz, 2013). A contradizer esta tendência, existe na investigação científica a comparação entre as características da criança (e.g., sexo, posição na fratria, temperamento) em função dos comportamentos educativos dos cuidadores.

b) *Características individuais das crianças.* No modelo ecológico defende-se que se uma criança apresenta um temperamento mais difícil (e.g., irritabilidade, negatividade), tende a desencadear nos cuidadores um comportamento menos participativo quanto às suas necessidades (Belsky & Jaffee, 2006). Pelo mesmo prisma, características particulares como a prematuridade, o baixo peso no nascimento, a incapacidade física ou psíquica, os

problemas de conduta, a hiperatividade, entre outras implicam redefinição das tarefas a desempenhar (Belsky, 1984; Belsky & Jaffee, 2006; Díaz, Pérez, Martínez, Brito & Herrera, 2001).

c) *Características do contexto social*. Vários autores (Barroso & Machado, 2010; Belsky & Jaffee, 2006; Luster & Okagaki, 2005) têm referido que o contexto onde a família se insere é considerado um determinante que pode gerar fontes de *stress*, ou pode ser um sistema de apoio (e.g., relação marital, profissão dos pais, suporte social). Salienta-se que a abordagem ecológica defende que as vivências dos progenitores, o relacionamento conjugal e a vida profissional podem modificar a sua personalidade e o seu estado psicopatológico que, por sua vez, pode produzir efeitos no desenvolvimento da criança (Silva & Vieira, 2018). Do mesmo modo, o funcionamento psicológico herdado ao longo do seu desenvolvimento pode influenciar direta ou indiretamente a sua condição social (Barroso & Machado, 2010). Concomitantemente, destacam ainda a importância da vizinhança e da comunidade no desenvolvimento da atividade parental (Belsky & Jaffee, 2015). Neste sentido, acredita-se que devido às sucessivas transformações, a família é obrigada a modificar-se, por exemplo devido a acontecimentos não normativos, como a doença, divórcio, nascimento, desemprego, e que poucas são as famílias que conseguem enfrentar estes acontecimentos sem recorrer a rede de suporte (Mondin, 2008).

Por sua vez, o Modelo Transacional do Desenvolvimento, relacionando as características biopsicossociais, salienta os efeitos bidirecionais entre os componentes *pessoa* e *contexto*, na medida em que dirige o foco para as interações sociais que podem ser promotoras e protetoras no desenvolvimento global da criança (Linhares, 2015). Contrariamente, quando uma criança/jovem vive num ambiente de elevada instabilidade, levará à incapacidade de organizar, de regular as emoções e comportamentos, podendo afetar o seu desenvolvimento (Sameroff, 2010). Nesta sequência, é crucial que os progenitores assegurarem um papel ativo, uma vez que nem todos os ambientes familiares são homogêneos, podendo ocorrer privações na saúde familiar e no desenvolvimento adequado de todos (Macana & Comim, 2015). Nos casos em que a família evidencia dificuldades no seu funcionamento, é expectável que surjam por parte das crianças e jovens comportamentos desajustados (Machado, Gonçalves & Vila-Lobos, 2002).

Atendendo à génese da sua definição, os fatores de risco caracterizam-se por estarem associados a eventos ou acontecimentos negativos ou stressantes que poderão originar a presença de problemas físicos, psicológicos e sociais, comprometendo assim o seu

desenvolvimento biopsicossocial (Freire & Alexandre, 2015). Alguns autores (Murray, 2003; Ribeiro & Sani, 2009) referem que estes fatores podem ser de ordem individual (e.g., infância pautada por violência, comportamentos antissociais, consumo de álcool e outras substâncias), familiar (e.g., baixo estatuto social, destruturação familiar, ausência de apoio afetivo), interpessoal (e.g., rejeição dos pares, isolamento social), escolar (e.g., insucesso escolar) e de ordem comunitária (e.g., fraco envolvimento, ausência de apoio social, pobreza). Ainda salientar que na adolescência, as provas escolares, discussão com os pares e a perda de familiares são considerados fatores de adversidade mais frequentes nesta fase de desenvolvimento (Kristensen, Leon, D’Incao & Dell’Anglio, 2004). No entanto, é necessário existirem, simultaneamente, dois ou mais fatores stressores para produzir um impacto significativo no desenvolvimento de uma criança/jovem, atendendo à importância do acumular de vários stressores em relação a cada natureza específica (Freire & Alexandre, 2015). Apesar do risco acumulado, relaciona-se ainda o fator tempo em que estes ocorrem, uma vez que nem sempre os mesmos fatores desempenham a mesma função num outro momento. A considerar ainda que estes fatores de risco dependem também das características do indivíduo e das características do fator e da interação destes (Freire & Alexandre, 2015).

Por outro lado, a presença de fatores protetores atrasa, suprime ou neutraliza os resultados negativos (Ribeiro & Sani, 2009). Estes fatores operacionalizam-se em três níveis: individual (e.g., inteligência, autoestima), familiar (e.g., vinculação positiva, estilo parental democrático) e comunitária (e.g., sucesso escolar, envolvimento em atividades sociais). Note-se que os fatores protetores exercem efeitos compensatórios, uma vez que, quando interagem com um acontecimento de risco, possuem um efeito de amortecedor (Ribeiro & Sani, 2009).

Parentalidade e risco. Efetivamente, da análise da evidência empírica produzida, a parentalidade pode distribuir-se num contínuo entre práticas adaptativas e inadaptativas, e traduzir-se em diferentes resultados no desenvolvimento das crianças/jovens. A parentalidade de risco pode caracterizar-se pela presença de vários fatores de risco que tendem a aumentar a probabilidade de um indivíduo assumir comportamentos de violência e de maus-tratos (Ribeiro & Sani, 2009).

A infância e a adolescência revelam-se fases cruciais para o desenvolvimento e aquisição de competências. No entanto, apesar da família ser importante no

desenvolvimento saudável da criança, considera-se que é nesta etapa que as crianças estão mais propensas a experienciarem atitudes e consequências mais negativas devido à sua condição de vulnerabilidade (Sani, 2006). Por vezes, o ambiente familiar é pautado por elevados níveis de tensão, conflito e violência que poderão desencadear consequências de ordem fisiológica, comportamental, emocional e cognitiva (Sani, 2006).

Vários estudos indicam que dificuldades associadas à parentalidade são uma das principais causas no desenvolvimento da psicopatologia na criança/jovem (Newman & Stevenson, 2005). A título de exemplo, alguns estudos demonstram que a depressão, pode desencadear nos filhos de pais deprimidos, resultados negativos nas dimensões socioemocionais, comportamentais e académicos, podendo ocorrer mais tarde sinais que correspondem à presença de uma perturbação desafiante de oposição e/ou a perturbação do comportamento (Teti & Cole, 2011).

A exposição à violência parental afeta também as crenças que a criança possa vir ter sobre si mesma, e sobre o significado de família (Margolin & Gordis, 2000), uma vez que níveis elevados de conflito interparental podem destruir a condição de segurança na criança e desencadear nesta, problemas de saúde mental (Cummings & Davies, 1996). No entanto, é exetável que a criança tenha uma visão dos cuidadores enquanto figuras recetivas, disponíveis e sensíveis às suas necessidades, contudo, se elas percecionam os progenitores como hostis, coercivos e que a rejeitam, estas irão construir uma crença negativa das figuras cuidadoras e do seu *self* (Waters & Cummings, 2000).

Alguns estudos têm evidenciado (e.g., Maccoby & Martin, 1983) que é possível aferir a existência de uma associação significativa entre o estilo parental e os comportamentos disruptivos nos jovens (Álvarez-García, García, Barreiro-Collazo, Dobarro & Antúnez, 2016). Desta forma, estudos apontam que níveis superiores de adoção de práticas parentais positivas (e.g., aceitação, afeto, comunicação) estão associados a níveis inferiores de predisposição de condutas antissociais, por outro lado, níveis inferiores de práticas parentais negativas (e.g., rejeição, negligência, hostilidade) associam-se a uma predisposição mais elevada dos jovens ser antissociais (Hoeve et al., 2009). A complementar, o estilo parental negligente está positivamente associado ao comportamento antissocial. Por outro lado, não é exetável que jovem com pais responsivos adotem condutas desajustadas (Álvarez-García et al., 2016). Com efeito, o controlo, a disciplina e a rejeição, consubstanciados com a saúde familiar, a qualidade das relações e a comunicação, fazem parte do leque de fatores de risco que podem repercutir no envolvimento de

comportamentos desajustados nos jovens (Morgado & Vale-Dias, 2016).

Devido as dificuldades existentes nos contextos de risco, Narciso e colaboradores (2018) referem que na literatura assiste-se situações em que os progenitores negligenciam a sua relação com os filhos, devido à ocorrência de práticas disciplinares severas, de elevados níveis de *stress*, do fraco envolvimento marital e do apoio social. Por outro lado, as características positivas dos progenitores (e.g., autoeficácia, autoestima, satisfação com a vida) poderão reduzir ou atenuar o impacto negativo destes contextos, promovendo uma parentalidade positiva no desenvolvimento da criança (Jeon & Neppl, 2016). Não obstante, as variáveis como, baixo rendimento, baixas qualificações académicas, história de abuso na infância estão associadas a níveis inferiores de autoestima e autoeficácia parental (Narciso, et al., 2018). Por fim, importa salientar que a parentalidade é influenciada pelas crenças formadas pelos progenitores (e.g., perspetivas sobre a parentalidade, expetativas sobre os filhos), através das dinâmicas familiares, da relação progenitores-filhos e das características dos filhos, que irão nortear a sua atividade parental (Senese 2012; Sperling & Mowder, 2006).

Papel das crenças e atitudes sociais na parentalidade

As conceitualizações sobre a parentalidade têm evoluído ao longo do tempo, quando enquadradas pelas transformações dos contextos socioculturais, estas se afiguram como determinantes na formulação de significados e representações sobre a parentalidade (e.g., expetativas, funções parentais, disciplina). Neste prisma, considera-se que as crenças parentais e as atitudes assumem um papel fundamental no exercício parental, uma vez que moldam as práticas parentais pelo que têm sido objeto de estudo por diversos autores (Keller et al., 2004; Keller, Lohaus, Volker, Elben & Ball, 2003; Lordelo, Fonseca & Araújo, 2000). Estas crenças constroem-se ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo, através das interações que existem com o meio, com as pessoas significativas, com os acontecimentos, entre outros (Beck, 1997). São representações simbólicas, de carácter subjetivo e podem referir-se a objetos ou eventos do passado, do presente ou sobre as expetativas quanto ao futuro (Burrus & Carney, 2015). Já as atitudes consistem nas disposições comportamentais adquiridas para atuar, refletir ou sentir perante a presença de uma pessoa, acontecimento ou objeto (Meena, Pandey, Rai, Bharti & Sunder, 2012). Embora a relação entre estes construtos não seja necessariamente consensual, as crenças de um indivíduo podem estar ligadas a um atributo positivo ou negativo que formam uma

atitude e estas associações podem surgir de experiências pessoais ou de outros (e.g., Teoria da Aprendizagem Social de Bandura; Bandura, Caprara, Barbaranelli, Regalia, & Scabini, 2011).

A parentalidade tem sido concetualizada como sendo um processo desenvolvimental dinâmico, uma vez que os progenitores não são apenas moldados pelas vivências de cada um, mas também por vários fatores contextuais, construindo assim as suas crenças e atitudes baseadas nas suas características e experiências de vida (e.g., infância), nas características da criança (e.g., género, temperamento), interação pais-filhos, dinâmicas familiares, expetativas de outros elementos fora da família e contexto sociocultural (e.g., apoios na comunidade e dos sistemas formais) (National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2016). No entanto, a presença de fatores de *stress* (e.g., dificuldades financeiras, monoparentalidade, conflito conjugal, divórcio) podem também influenciar as práticas e tendem a enfraquecer as competências parentais (e.g., responsividade deficitária; recurso à punição), afetando negativamente o ajustamento das crianças (Bronte-Tinkew, Horowitz, & Carrano, 2010).

Concomitantemente, a literatura indica que o suporte formal e informal está associado ao bem-estar físico, emocional e social e pode revelar-se um fator de proteção na parentalidade, na medida em que auxilia os progenitores a lidarem com situações que coloca em risco o bem-estar, através da modificação das práticas parentais, na frequência de formações sobre a parentalidade, contribuindo significativamente para uma parentalidade mais consistente (Montigny, Lacharite e Amyot, 2006). Quando uma criança/jovem se encontra numa situação de risco/perigo, consubstanciando-se ou não episódios alarmantes, o papel parental é colocado em causa, uma vez que estes acontecimentos podem traduzir-se em dificuldades ao nível do funcionamento da criança e da família, exigindo uma intervenção precoce e eficaz dos serviços de proteção. Nestes contextos de risco e perigo, são vários os fatores que dificultam o processo de tomada de decisão dos profissionais (e.g., pressão do tempo, fidedignidade das fontes de informação, ausência de respostas adequadas às necessidades dos casos) (Benbenishty et al., 2015) e a falta de diretrizes específicas torna-o altamente suscetível à interpretação do profissional (Rodrigues, Calheiros & Pereira, 2015). Se por um lado, a incerteza e a ambiguidade do próprio contexto de decisão tornam os profissionais mais conscientes, por outro, os receios do julgamento institucional e social, tendem a ser mais propensos ao adiamento das decisões e intervenções (Dickens, 2007; Torres et al., 2008, como citado por Rodrigues et

al., 2015). Neste âmbito, a tomada de decisão resulta de uma complexa interação entre as características do caso e dos profissionais, refletindo para além do conhecimento teórico e experiência, as suas próprias perceções sociais relativamente à família, ao desenvolvimento infantil e ao sistema judicial. A este respeito, a investigação tem produzido alguns resultados que merecem alguma reflexão. Alguns estudos têm vindo a evidenciar que os profissionais que possuem mais tempo de experiência tendem a revelar mais pessimismo face ao processo de mudança da família, tendendo a optar por medidas de afastamento da criança/jovem (De Panfilis & Scanapieco, 1994, citado por CNPCJR, 2018).

Por seu turno, alguns dados sugerem que os profissionais mais jovens, menos experientes, sem filhos e com histórico infantil de punição, tendem a exacerbar o risco nas suas avaliações, sendo mais propensos a medidas de colocação da criança e/ou jovem (Benbenishty et al., 2015). Outros estudos evidenciam que profissionais que experienciaram eventos traumáticos no passado têm menos probabilidade de avaliar uma criança em risco (Regehr, Bogo, Shlonsky & LeBlanc, 2010). A investigação nesta área tem ainda evidenciado de forma consistente grande variabilidade destes resultados de país para país, refletindo as variações culturais e as políticas de proteção à infância adotadas nos diferentes contextos (Benbenishty et al., 2015).

Relevância científica do estudo

Embora no domínio da investigação se reconheça a relevância das crenças e atitudes sociais em torno da parentalidade, é possível observar uma escassez de estudos, particularmente, no âmbito dos contextos de risco e perigo. Na sequência do já discutido, a literatura disponível evidencia que as famílias em contextos de risco e perigo têm condicionantes que podem interferir na parentalidade, assim como demonstra que as representações dos profissionais podem influenciar a intervenção com estas famílias e, consequentemente, o seu ajustamento. Atendendo à responsabilidade e à relevância destes profissionais na área da prevenção e intervenção com famílias de risco e também à relevância do apoio social e das instâncias formais neste ajuste da parentalidade, mostra-se fundamental explorar as suas perceções relativamente à parentalidade como também ao próprio papel do sistema de promoção e proteção. Neste sentido, o presente estudo pretende, através de uma abordagem de investigação qualitativa, mais aprofundada e compreensiva: a) explorar as perceções e atitudes dos profissionais que desempenham funções no Sistema de Promoção e Proteção sobre a parentalidade em contextos de

risco/perigo; b) explorar as perceções e atitudes dos profissionais sobre o desenvolvimento das crianças/jovens em contextos de risco/perigo; e c) explorar as perceções e atitudes dos profissionais sobre o papel do Sistema de Promoção e Proteção no ajustamento individual e familiar em contextos de risco/perigo.

Assim sendo, analisando as características do presente estudo e os objetivos que se pretendiam alcançar, a presente investigação obedece uma visão exploratória e descritiva de uma abordagem qualitativa, através do recurso à técnica da entrevista semiestruturada. Na perspetiva de diversos autores (Moreira, 2007; Pope & Mays, 2005), a investigação qualitativa pretende explorar as perceções dos participantes e, fundamentalmente, permitir que estes participantes sejam elementos importantes para a construção do conhecimento, uma vez que, são eles os melhores descritores das suas experiências.

Método

Participantes

A amostra deste estudo foi recolhida por conveniência (aleatória) sendo constituída por 20 participantes sendo 3 (15%) do sexo masculino e 17 (85%) do sexo feminino. A idade dos participantes está compreendida entre os 29 aos 55 anos de idade ($M = 43.45$; $DP = 7.92$). Trata-se de um grupo constituído por profissionais integrados em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da zona norte do país, sendo que 16 (80%) residem no distrito do Porto e 4 (20%) no distrito de Aveiro. No que respeita ao estado civil, a maioria encontra-se casado ($n = 11$; 55%), enquanto que 6 (30%) encontram-se na condição de divorciado. Relativamente ao número de filhos, a maioria dos participantes afirmou ter filhos ($n = 16$; 80%), sendo que apenas 4 (20%) referiram a ausência de filhos. No que se refere à nacionalidade, a larga maioria dos profissionais era de nacionalidade portuguesa.

Considerando o grau de académico, grande parte dos participantes é detentora do 1.º Ciclo do Ensino Superior/Licenciatura ($n = 12$; 60%) e 8 (40%) possuem o 2.º Ciclo do Ensino Superior/Mestrado. Quanto à situação profissional, todos se encontram atualmente a trabalhar. Em relação à atividade profissional atual, verificou-se que a mais representada era a Psicologia ($n = 6$; 30%), 4 (20%) eram Representantes do Ministério Público, 3 (15%) eram Técnicos Superiores de Serviço Social, 3 (15%) eram Técnicos Superiores de Educação Social, 2 (10%) eram Representantes da Saúde e, por fim, 2 (10%) eram Juristas.

Relativamente ao tempo de desempenho de funções no Sistema de Promoção e Proteção, verificou-se um número significativo de profissionais que refere ter 2 a 5 anos de

experiência ($n = 6$; 30%) e cerca de 11 a mais de 21 anos de experiência ($n = 6$; 30%). Quando questionados sobre o tempo de desempenho específico de funções numa CPCJ, destaca-se que 7 (35%) referiram estar entre 3 meses a 1 ano, 12 referiram estar entre 2 a 10 anos (60%), enquanto que 1 (5%) referiu estar entre 16 a 20 anos.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes

Descrição	<i>n</i>	%	<i>M</i>	<i>DP</i>
Sexo				
Feminino	17	85		
Masculino	3	15		
Idade			43.45	7.92
Distrito de residência				
Aveiro	4	20		
Porto	16	80		
Estado Civil				
Solteiro/a	1	5		
Casado/a	11	55		
Divorciado/a	6	30		
União de facto	2	10		
Número de filhos				
Nenhum	4	20		
1 filho	5	25		
2 filhos	10	50		
3 filhos	1	5.0		
Nacionalidade				
Portuguesa	20	100		
País onde nasceu				
Portugal	19	95		
Brasil	1	5		
Grau Académico				
1.º Ciclo do Ensino Superior/Licenciatura	12	60		
2.º Ciclo do Ensino Superior/ Mestrado	8	40		
Atividade Profissional Atual				
Técnicos Superiores de Psicologia	6	30		
Representantes do Ministério Público	4	20		
Técnicos Superiores de Serviço Social	3	15		
Técnicos Superiores de Educação Social	3	15		
Representantes da Saúde	2	10		
Juristas	2	10		
Tempo de Desempenho de Funções no Sistema PP				
3 meses a 1 ano	4	20		
2 a 5 anos	6	30		
6 a 10 anos	4	20		
11 a 15 anos	1	5		
16 a 20 anos	1	5		
Mais de 21 anos	4	20		
Tempo de Desempenho de Funções na CPCJ				
3 meses a 1 ano	7	35		
2 a 5 anos	6	30		
6 a 10 anos	6	30		
16 a 20 anos	1	5		

Instrumentos

Para a recolha de dados foram construídos um questionário sociodemográfico e um guião de entrevista semiestruturada.

Questionário sociodemográfico. Este questionário foi desenvolvido para o presente estudo e teve como objetivo de recolher dados para a caracterização dos participantes, nomeadamente, ao nível demográfico (e.g., sexo, idade, nacionalidade, distrito de residência, estado civil, número de filhos, idade dos filhos) e das habilitações académicas e profissionais (e.g., último grau académico concluído, condição profissional atual, função desempenhada atualmente, tempo de exercício da função).

Entrevista semiestruturada. Este instrumento era composto, essencialmente, por questões abertas para permitir obter um diálogo livre acerca dos vários temas abordados. O referido guião de entrevista incluía as perceções relativamente às seguintes dimensões: parentalidade em contexto de risco; desenvolvimento das crianças em contexto de risco; e, papel do Sistema de Promoção e Proteção no ajustamento individual e familiar em contexto de risco/perigo.

Procedimentos

Este estudo integra um projeto de investigação mais amplo desenvolvido pela ULP (Universidade Lusófona do Porto) e pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) e o mesmo foi aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica (CEDIC) da ULP. Inicialmente, foi solicitada a colaboração das diferentes Comissões de Promoção e Proteção da zona norte do país. Após a obtenção das respetivas autorizações, os dados para o presente estudo foram recolhidos presencialmente através do agendamento individual de acordo com a disponibilidade de cada participante. Foi assegurado o respeito por todos os princípios éticos e deontológicos que devem orientar a investigação preconizados pelo Código Deontológico da OPP no que se refere à clarificação da natureza do estudo, dos objetivos do estudo e todo o processo de condução da investigação, bem como do carácter voluntário da participação, do sigilo e à confidencialidade dos dados recolhidos.

O processo de recolha de dados decorreu entre os meses de junho e julho de 2019 e as entrevistas individuais tiveram uma duração aproximada de 60 minutos, tendo sido realizadas individualmente e num único momento.

Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio com a devida autorização, sendo

possível estar atenta à comunicação não-verbal, fornecendo uma preservação integral dos relatos. Para análise dos dados foi realizada a transcrição *verbatim* das gravações. Os dados recolhidos foram analisados de acordo com a metodologia análise temática com o recurso ao *software* de investigação qualitativa QSR Nvivo12 para um processo de codificação que permitiu a categorização dos dados. Para uma análise descritiva dos dados sociodemográficos recorreu-se ao *software IBM SPSS Statistics* (SPSS, versão 23.0).

Análise de dados

A análise temática caracteriza-se pela sua flexibilidade e também por ser uma ferramenta de investigação útil que visa a fornecer uma análise rica, detalhada e complexa dos dados (Braun & Clarke, 2006). Para as autoras, Braun e Clarke (2006), esta análise seguiu um procedimento de codificação indutiva, por outras palavras, os temas explanados estavam ligados aos dados e não foi necessário recorrer a uma codificação pré-existente. Apesar de se ter construído um guião de entrevista para o estudo, pretendeu-se que o guião fosse o mais flexível possível e a sua análise focalizou-se nos dados obtidos, pelo que se exclui a existência de uma grelha *a priori*. A análise temática contemplou com a familiarização com dados para proceder à sua codificação. Adicionalmente, procedeu-se à análise e agrupamento dos diferentes dados, por forma a originar temas e subtemas. Para gerar um “mapa” temático foi necessário explorar os temas e verificar se eram adequados. Posteriormente, definiu-se e classificou-se os temas com o objetivo de rever a análise e a codificação. Por fim, ocorreu a revisão e integração dos resultados da análise com as questões de investigação e da literatura e a descrição dos resultados (Braun e Clarke, 2006). Esta análise privilegiou, ainda, de uma codificação inclusiva, no sentido de garantir uma maior complexidade dos dados e uma maior compreensão e interligação dos temas.

Por fim, importa salientar que não se recorreu a um co-codificador na análise do material recolhido para validação dos resultados.

Resultados

Os resultados serão apresentados por categorias, descritas e definidas, recorrendo às verbalizações dos profissionais entrevistados que ressaltam e contextualizam a categoria, contribuindo para uma visão ampla e facilitadora do processo indutivo. Ao longo dos discursos é possível agrupar duas categorias centrais, as “Perceções sobre a parentalidade” que incluiu quatro dimensões (e.g., parentalidade adequada; fatores explicativos; funções;

parentalidade e desenvolvimento da criança em contextos de risco) e o “Papel do Sistema de Promoção e Proteção no processo da parentalidade” com dimensões como as características e o funcionamento; o Sistema no processo da parentalidade; e as propostas à melhoria do Sistema.

Percepções sobre a parentalidade

Parentalidade adequada

As referências discursivas dos profissionais ($N = 18; 22$) permitiram concluir que o exercício de uma parentalidade adequada deveria obedecer e ter como referência as boas práticas parentais (e.g., estar atento aos comportamentos do filho; prestar os cuidados básicos ao nível da saúde, higiene, alimentar, afetiva e de proteção; transmitir valores; respeito). Desta análise, sugerem a importância de ser trabalhada precocemente nos diversos contextos, uma vez que alertam que nem todas as pessoas reúnem competências para exercer a sua parentalidade: [P17] - *«acho que nem todas as pessoas estão talhadas para serem mães e pais... e descobrem isso tarde demais... quando já têm um filho»*.

Fatores explicativos da parentalidade

Tabela 2

Subdimensões sobre os fatores explicativos da parentalidade

Dimensão e subdimensões	<i>N</i>	Número de Referências
Fatores explicativos da parentalidade		
Características do contexto	19	32
Características dos progenitores	20	29
Características das crianças	12	15
Saúde mental e outras problemáticas	7	11

Nos discursos dos profissionais no que tange à parentalidade, estão demarcados pelos seus fatores explicativos, pelo que consideram que o comportamento dos cuidadores é o resultado de múltiplos fatores predisponentes. Conforme a Tabela 2, a grande maioria ($N = 19$) refere-se ao contexto como um dos responsáveis pela modelagem das práticas parentais, uma vez que permite a observação de outros modelos e que muito contribuem para a formação de crenças, preconceitos e estereótipos. Note-se que dois comissários entendem que o contexto está direcionado para as questões da Psicologia, onde existe uma vertente biológica e ambiental que influencia a parentalidade, ainda que um Educador

Social entenda a parentalidade numa perspetiva mais ecológica, que integra vários contextos e sistemas, que oferece através da sua interação, o produto do desenvolvimento do Ser Humano. Embora não considerem limitativo para a formação de uma parentalidade positiva, entendem que é um ambiente pouco positivo (e.g., existência de modelos enraizados nas culturas) e caracterizado por múltiplas dificuldades (e.g., financeiras, académicas e profissionais, manutenção da prestação de cuidados), não excluindo a possibilidade de vir afetar o comportamento dos cuidadores em relação ao filho. Contudo, defendem que as diferenças de cada contexto (e.g., residir na cidade, bairro e ou aldeia) influenciam o comportamento como cada progenitor, acreditando que não é possível dissociar a pessoa dos contextos, dada a cultura muito enraizada sobre as diferenças entre os progenitores e daquilo que eles podem oferecer à criança: [P14] - *«a mãe é sempre a melhor cuidadora, a principal cuidadora e o pai fica a responsabilidade de ganhar o sustento e a figura autoritária que chega a casa para por ordem na vida de quem lá vive»*.

Todos os técnicos entendem que as características dos progenitores (e.g., história de vida, existência de quadros psicopatológicos e dependências, adversidades, as características da criança) influenciam no projeto da parentalidade: [P15] - *«é lógico que o principal fator é a história de vida de cada pai e este influencia e muito aquilo que nós somos como... aquilo que os pais são para com os filhos e nota-se muito na intergeracionalidade estas práticas educativas»*. Concomitantemente, apesar de apenas um técnico considerar que a hereditariedade de comportamentos dos progenitores seja por si só influenciadora, outros profissionais ($N = 12$) consideram que o temperamento, a adoção de comportamentos desviantes, serem portadoras de deficiência possam dificultar o exercício da parentalidade: [P6] - *«eu não acredito que, por um filho ter sido negligenciado pelos pais que irá negligenciar o seu papel como progenitor no futuro... e acho que eles devem ver isso como um dão a não seguir e como um exemplo para que não sejam assim»*.

Tal como observado na tabela 2, apenas sete técnicos referiram outros fatores, como a saúde mental (e.g., psicopatia, depressões) e outras problemáticas (e.g., dependência alcoólica, drogas, deficiências físicas) como limitadoras do contínuo das suas práticas parentais e do desenvolvimento da criança.

Funções associadas à parentalidade

Tabela 3

Subdimensões sobre as funções associadas à parentalidade

Dimensão e subdimensões	N	Número de Referências
Funções associadas à parentalidade		
Tipo de funções	20	24
Igualdade de funções	17	20
Competências parentais	14	15

Para esta dimensão, os resultados revelam que a responsividade às necessidades da criança; a promoção de cuidados básico, afetivos e emocionais; a participação no projeto de vida da criança e a proteção aparecem associadas às funções que os progenitores devem proporcionar ($N = 20$). Por seu lado, os conteúdos discursivos realçam, também, que estes não deverão ser nem permissivos nem tão pouco punitivos, pois deverá existir uma relação harmoniosa e segura entre cuidador-filho. De igual modo, consideram que quanto mais sólido for o sistema parental melhor será o desenvolvimento da criança, quer seja físico, psíquico e emocional e para tal acontecer é necessário que haja uma partilha de funções entre os progenitores, desconstruindo a crença de divisão dos papéis parentais ($N = 17$): [P14] - «as coisas têm mudado ao longo do tempo, eu acho muito curioso de vermos o casal, como um casal grávido... não é só a mulher que está grávida e só por isso já se denota aqui uma mudança de paradigma... logicamente para o pelo desenvolvimento biopsicossocial, efetivamente é preciso os dois, o pai e a mãe, ou as duas mães ou os dois pais, realmente é preciso existir aqui as duas pessoas». Ainda que de forma pouco expressiva ($N = 14$), existem referências sobre as competências parentais que pressupõem o desempenho das funções executivas, como a responsabilização familiar, a proteção, a educação, o cuidado, a autonomia, a estabilidade emocional e a representação de modelos positivos.

Parentalidade e desenvolvimento da criança nos contextos de risco

Tabela 4

Dimensões e subdimensões sobre a parentalidade e a criança em contextos de risco

Dimensões e subdimensões	N	Número de Referências
Características da parentalidade de risco		
Fatores de risco	19	54
Desafios para as famílias	17	20
Características dos progenitores sinalizados	20	29
Potencialidades das famílias	7	8
Desenvolvimento da criança		
Necessidades ao bom desenvolvimento	13	17
Caraterísticas da criança sinalizada	13	16
Dificuldades ao bom desenvolvimento	7	10
Perspetiva de mudança		
Resistência face à mudança	12	21
Potencialidade para a mudança	11	15

De acordo com a Tabela 4, os profissionais ($N = 19$) enunciam no seu discurso vários fatores nos grupos de risco, nomeadamente de ordem familiar (e.g., existência de modelos parentais disruptivos, privação de interação e afeto) que associam à maior probabilidade de ocorrência de comportamentos desviantes: [P4] - «*não há esse tipo de comunicação, quando não há esse estabelecimento de limites e de regras fica difícil e ele poderá ser uma adolescente com problemas em que tem tendência para desenvolver comportamentos desviantes*». Ressalva-se, ainda, os fatores situacionais, como a ocorrência de acontecimentos stressantes (e.g., divórcios dos pais, ida ao Tribunal), problemas de saúde mental (e.g., psicopatia, ideação suicida), a condição socioeconómica e habitacional e a adoção de comportamentos aditivos (e.g., consumo de estupefacientes e álcool), sendo que este último surge no discurso de alguns profissionais como frequentemente associado à ocorrência de episódios de violência doméstica.

Em relação à caracterização dos progenitores, esta subdimensão revelou-se difícil, uma vez que quatro comissários consideram não existir de um perfil específico e que muito se devia à natureza das sinalizações e do tempo de avaliação: [P10] - «*não posso dizer que existe uma imagem específica*»; [P2] - «*Isso é rotular as pessoas*»; [P6] - «*no primeiro contacto com a família não podemos avaliar se o são ou não e não é com uma avaliação diagnóstica de seis meses (...) vai sendo por atitudes que que eles vão tendo*». Não obstante, outros profissionais ($N = 16$) salientaram algumas características comumente associadas a estes progenitores, designadamente práticas educativas desadequadas ou

inconsistentes (e.g., permissividade versus fisicamente punitivas), falta de informação face ao desenvolvimento infantil e necessidades básicas (e.g., ausência de valores, proteção, prestação dos cuidados básicos). Ainda que para um participante muitas vezes os progenitores demonstram ser preocupados quanto ao bem-estar dos filhos: [P20] - *«chegam a sinalizar os filhos porque estão preocupadíssimos e não sabem o que fazer»*.

Verifica-se nas narrativas que, apenas um participante, sugere que quando os cuidadores não reúnem competências parentais, direcionam a responsabilidade para fatores externos, como por exemplo a escola. No entanto, a grande maioria ($N = 15$) sugere que a qualificação académica e o nível socioeconómico desfavorável não determina de forma inapelável a violação dos direitos das crianças/jovens: [P10] - *«temos pais licenciados com bastantes estudos, com empregos com uma importância reconhecida e as pessoas não percebem que são pessoas maltratantes (...) nós temos pessoas com boas condições financeiras a exercer violência domésticas e assim como temos pessoas que não sabem ler e escrever»*.

Tendo em conta estas características, 19 profissionais referiram que é possível prever alguns desafios no exercício da sua parentalidade (e.g., medo e crenças sobre a possibilidade de retirada da criança/jovem, impotência em alterar situações de risco), pelo que quando referenciados pelo Sistema, verifica-se uma resistência na participação e no estabelecimento de uma aliança com o técnico: [P8] - *«existem muitas famílias que não querem mudar... no fundo o desafio é chamar à atenção para algo que não está bem... creio que é mesmo a ideia que eles inicialmente se apresentam, a crença que vão ser retirados os filhos, eles compreenderem a importância da ajuda (...)»*. Pese embora as dificuldades mencionadas, sete dos profissionais salientam potencialidades nestes pais para modificar e promover um ambiente familiar saudável: [P16] - *«serem capazes de perceber que todas as famílias são capazes e que têm aspetos muito, mas muito positivos e que se calhar os positivos poderão contrabalançar os menos positivos»*. No que concerne à perspetiva de mudança, 12 participantes remetem para uma resistência das famílias para a mudança, não acreditando que possam reestruturar-se, dada a impossibilidade de alterar crenças e atitudes: [16] - *«claro que no adulto, mudar comportamentos é difícil... são anos, não é?»*; [P11] - *«muitas vezes são resistentes à mudança»*. Por outro lado, 11 fazem referência da disponibilidade das famílias na alteração das suas dinâmicas, e no fortalecimento das suas competências parentais: [P5] - *«(...) eles procuram e tentam, grande parte deles, tentam alterar o comportamento... as dinâmicas familiares com os*

familiares, em casa».

Quanto ao desenvolvimento da criança, 13 técnicos consideram serem necessárias para o complemento do desenvolvimento e bem-estar a satisfação das necessidades físicas, afetivas e cognitivas. Porém, à semelhança do perfil dos progenitores, alguns técnicos ($N = 4$) não possuem uma imagem formulada quanto à criança sinalizada. Ainda assim, para nove trata-se de uma criança que está sujeita, de forma direta e/ou indireta, a comportamentos que afetem o seu desenvolvimento, ainda que sete assegurem que são os progenitores que mais interferem ao bom desenvolvimento (e.g., ausência de competências parentais; as histórias de vida; reatividade; ausência de interesse pelo filho; baixas expectativas dos pais em relação ao filho): [P11] - *«um ser desprotegido que precisa de alguém que lute pelos direitos deles, que os proteja quando alguém assim não conseguiu o fazer»*, ainda que não excluam a possibilidade de assumir comportamentos desviantes, sem que haja desvio familiar.

Papel do Sistema de Promoção e Proteção no processo da parentalidade

Características do funcionamento do Sistema

Tabela 5

Dimensões e subdimensões sobre as características do Sistema

Dimensões e subdimensões	<i>N</i>	Número de Referências
Funcionamento do Sistema		
Fragilidades do Sistema	20	46
Potencialidades do Sistema	14	24
Características do Sistema		
Potencialidades do Sistema	16	19
Desafios do Sistema	6	11

O Sistema de Promoção e Proteção é descrito pelos profissionais ($N = 16$) como um sistema que visa avaliar se a criança e o jovem estão em situação de risco e criar um conjunto de ações para eliminar essas condições. Nesta caracterização, salientam que a Lei de Promoção e Proteção se encontra “completa”, de “leitura fácil” e é uma Lei pioneira em Portugal, que visa satisfazer os seus objetivos, sendo reconhecida internacionalmente. Por outro lado, um dos seis profissionais considera que a mesma não deixa de ser utópica, mas que não é valorizada, pelo que os restantes referem que, por ser um sistema que aposta na remediação e não na prevenção, a sua intervenção não é eficaz: [E1] - *«eu acho que o*

sistema não é eficaz, e as respostas muitas vezes não são adaptativas, tanto as respostas, medidas de apoio aos pais» e por ser um sistema burocrático.

Na análise das narrativas proferidas, todos consideram que existem fragilidades no funcionamento do Sistema (e.g., intervenção remediativa vs preventiva; inexistência de uniformização das Entidades; Sistema burocrático; respostas pouco céleres; poucos técnicos para um número elevado de processos): [P1] - *«eu acho que o sistema não é eficaz, portanto eu não considero que haja potencialidades e isto porque, primeiro pelo elevado número de processos que cada técnico tem (...) segundo, acho que cada um trabalha na sua capela, na sua área e depois não há um esforço pelos resultados (...)»*, ainda que um técnico entenda que a maior fragilidade se deve ao pouco investimento nas intervenções das Entidades junto das famílias devido ao elevado número de crianças que acompanham: [P10] - *«quando chegam aqui, é porque todas as entidades falharam e é preciso perceber se essas entidades falharam por elas ou por essas famílias (...) às vezes existem outras fragilidades que os técnicos de primeira linha não conseguem perceber no imediato e que nós mais tarde vimos a descobri-las (...) essas famílias já deram sinais que as coisas não estavam bem... os filhos na escola começam a descer as notas (...)»*. Acresce que na ótica destes profissionais as grandes fragilidades são conseguir modificar as crenças formadas por parte da comunidade sobre as Comissões; modificar comportamentos nestas famílias; e dotar as Comissões de poder para intervir. Dos discursos veiculados, sobressaíram, ainda, potencialidades ao nível do Sistema, referindo-se aos seus contributos e o seu constante desenvolvimento, como também o facto da Lei de Promoção e Proteção ser clara, holística e completa.

O papel do Sistema de Promoção e Proteção na parentalidade

Tabela 6

Dimensões e subdimensões sobre o papel do Sistema na parentalidade

Dimensões e subdimensões	N	Número de Referências
Princípios orientadores de intervenção		
Potencialidades	18	23
Limitações	10	10
Salvaguarda dos direitos das crianças e jovens		
Potencialidades	19	20
Limitações	7	8
Desafios do Sistema na parentalidade	13	21
Potencialidades do Sistema na parentalidade	14	19
Promoção da parentalidade adequada	10	11

Na percepção destes profissionais, o papel do Sistema no exercício da parentalidade assenta no cumprimento ao consagrado na Lei de Promoção e Proteção. Na ótica de 18 profissionais, consideram os Princípios Orientadores da Intervenção como uma base para a intervenção do Sistema na parentalidade, salientando que os princípios são construtivos, consistentes, eficazes e indispensáveis para a intervenção: [P7] - *«a nossa intervenção está um bocadinho balizada nesses princípios, porque está feita e orientada, quer em termos burocráticos quer em termos daquilo que é esperado nós fazermos»*. Ainda que de forma menos expressiva, 10 indicam que a prática destes princípios é o principal desafio devido às especificidades de cada caso: [P1] - *«quê que adianta construir um castelo bonito e depois na prática não há usufruto... não há mudança... antes de ter a parentalidade positiva, por exemplo, é preciso trabalhar os valores, temos que trabalhar com as famílias, as dificuldades e só depois se avança»*; [P10] - *«muitas vezes os processos estão a ser trabalhados aqui e ao mesmo tempo no tribunal e nós deparamo-nos com situações em que estão muitas entidades a trabalhar com aquela família e que o princípio da subsidiariedade não é cumprido»*.

Ressalva-se que estes profissionais ($N = 19$) entendem a importância da salvaguarda dos direitos das crianças e jovens que o Sistema potencia, acreditando que a intervenção vai ao encontro dos interesses das criança/jovens: [P13] - *«é um sistema protetor em que a base é mesmo essa garantir os direitos das crianças e jovens quando estes não estão defendidos»*; [P8] - *«trabalhando a família, quando esses direitos não estão a ser cumpridos, ao trabalhar as famílias estamos a beneficiar as crianças, para que elas consigam ter os seus cuidados assegurados»*. Todavia, sete consideram que o Sistema não salvaguarda devido às ausências de respostas (e.g., ausência de veículos para diligências; disponibilidade da autoridade policial; morosidade de respostas das Entidades), na medida que pode acarretar desafios ao bom desenvolvimento, ao qual um técnico indica que *«o tempo da criança, não é o tempo dos técnicos»*, ainda que a família também não proporcione a salvaguarda os direitos: [P10] - *«há uma situação emergente em que os pais estão alcoolizados e bateram na criança, somos acionados pela polícia, nós precisamos de pedir um automóvel para nos levar até lá... precisamos de proteção policial (...) tudo isto demora, e as crianças que lá estão já estão em perigo e nós temos que agilizar isto»*; [P1] - *«a família vem com esta roupagem, com esta fotografia, mas temos que mostrar várias fotografias diferentes, várias formas de atuar para eles optarem... e para eles perceberem que as coisas têm que ser mudadas (...)»*.

Tendo em conta os discursos, 13 comissários referiram que é possível prever no Sistema

alguns desafios associados à parentalidade (e.g., acompanhamento sistemático junto das famílias; definir orientações de intervenção junto das Entidades; ausência de recursos na comunidade), uma vez que consideram que o trabalho realizado pelo Sistema não é suficiente e torna-se limitativo: [P7] - *«acho que muitas vezes o Sistema de Promoção e Proteção só aparece muito mais tarde e não devia de acontecer... a realidade é que muito antes deveria de se fazer um trabalho ao nível da prevenção, ao qual acho que o Sistema (...) ainda não faz (...) e é uma pena... porque na realidade muita coisa começa desde cedo e o Sistema só intervém quando já há maus-tratos, abusos, negligência grave»*. Pese embora as dificuldades mencionadas, cerca de 14 profissionais consideram que o Sistema exerce um papel preponderante no exercício da parentalidade, potenciando às famílias as ferramentas necessárias para que possam exercer uma parentalidade adequada ($N = 10$), pelo que estes exemplificam o encaminhamento para Entidades da comunidade (e.g., CAFAP, APAV, PIAC, IEF, Segurança Social), para apoio social; para programas de competências parentais, para programas de apoio ao combate de comportamentos aditivos; apoio à violência doméstica, bem como para formação, emprego, consultas de especialidade, terapia de casal, entre outros. Contudo, na ótica de um comissário, este revela que o Sistema não promove uma parentalidade adequada, uma vez que *«nós temos cá processos em que a nossa intervenção prejudica notoriamente as relações familiares (...) e isso é um contrassenso»*.

Propostas à melhoria do Sistema

Tabela 7

Subdimensões sobre as propostas à melhoria do Sistema

Dimensão e subdimensões	N	Número de Referências
Propostas à melhoria do Sistema		
Funcionamento do Sistema	19	40
Recursos humanos	17	27
Respostas comunitárias	13	25
Articulação com as Entidades	15	19
Prevenção	9	12
Formação	9	10
Recursos físicos	6	6

Pretendeu-se junto dos comissários uma visão global das necessidades de melhoria e otimização no Sistema de Promoção e Proteção: 19 apontaram para as questões relativas ao funcionamento do sistema (e.g., desburocratização do Sistema; capacitação das Entidades

de primeira linha; uniformização dos procedimentos nas CPCJ; dotar as Comissões de mais autonomia, anulação dos pedidos de consentimento; desmistificação na comunidade sobre papel das Comissões), seguida pela necessidade de mais recursos humanos face ao número elevado de processos existente ($N = 17$), tendo um técnico manifestado a importância em autonomizar os Psicólogos a realizarem acompanhamentos às crianças: [P2] - *«acho que faz todo o sentido, não concordo que seja uma questão de ética (...) acho que a partir do momento em que se cria uma relação de proximidade (...), o técnico tem a capacidade de desconstruir a um jovem o que é a CPCJ (...) em princípio sendo um trabalho bem feito consegue criar uma relação minimamente empática com o jovem»*, considerando ser um contrassenso ter que encaminhar para outros profissionais.

Sugerem para a necessidade de existir mais respostas comunitárias, uma vez que aquelas que existem demonstram-se ser escassas para auxiliar os técnicos e as famílias acompanhadas ($N = 15$).

Relativamente à articulação com as Entidades, deve existir uma maior intervenção/articulação por parte das entidades de primeira linha, fazendo referência a situações em que estas criam obstáculos ao acompanhamento dos processos por não existir respostas céleres ($N = 15$), como também três técnicos reforçam a importância da aproximação entre as Comissões com as Comissões Regionais, entre a Comissão Nacional com os Tribunais para a clarificação de eventuais dúvidas que possam surgir no âmbito do acompanhamento e intervenção junto das famílias e, ainda existir uma intervenção mais diferenciada da Direção Geral de Inserção Social com os centros educativos e uma melhor articulação com os processos tutelares educativos acompanhados na EMAT e nas CPCJ.

Ainda que de uma forma menos expressiva, nove salientam para a necessidade de existirem ações direcionadas para a prevenção, com o objetivo de reduzir o número de famílias intervencionadas, pelo que um técnico entenda que a prevenção deve iniciar antes da gravidez. Estes também sugerem a necessidade de existir mais formação para os técnicos e para as Entidades de primeira linha, no sentido de dotá-los de competências para exercer as suas funções e conhecer o funcionamento do Sistema, como também as famílias sobre as questões da parentalidade. Por fim, na subdimensão dos recursos físicos, seis enunciaram a necessidade de existir uma reforma nestes, com o objetivo de proporcionar um ambiente aprazível, acolhedor e protetor, tanto para os técnicos como para as famílias: [P18] - *«é horrível o sítio, é horrível o espaço físico, não se pode querer mudanças positivas e agradáveis quando eu tenho um espaço feio, um espaço com pouca luz»*.

Discussão de resultados

O presente estudo teve como principais objetivos o aprofundamento do conhecimento acerca das percepções e atitudes dos profissionais sobre a parentalidade e o desenvolvimento das crianças/jovens em contextos de risco/perigo, bem como explorar o papel do sistema de promoção e proteção no ajustamento individual e familiar nestes contextos. As diferentes perspetivas destes profissionais permitiram uma maior integração e reflexão das necessidades, dificuldades, preocupações e desafios quer das famílias, quer do próprio Sistema. O facto de existir uma escassez de estudos no âmbito dos contextos de risco e perigo, confere ao presente estudo um carácter exploratório e inovador, uma vez que é reconhecida a importância em conhecer as crenças dos profissionais, bem como as percepções acerca do que influencia a sua tomada de decisão na área da prevenção e intervenção com famílias de risco. Em suma, este estudo permitiu conhecer a perspetiva dos profissionais sobre a parentalidade e sobre a importância do apoio social e das instâncias formais neste ajuste da parentalidade.

Tendo em conta as percepções dos profissionais, considera-se que a generalidade dos resultados apresentados vem, de certa forma, confirmar com a evidência empírica existente. Assim e através dos dados obtidos, os profissionais consideram importante que os progenitores desempenhem uma parentalidade adequada, na medida que o seu exercício tem por base a promoção do crescimento e desenvolvimento satisfatório dos filhos, com ações que perfazem a satisfação das suas necessidades, antecipando eventuais problemáticas que possam surgir ao longo do desenvolvimento (Donald & Jureidini, 2004). É esperado que no desenvolvimento da criança, para além das necessidades físico-biológicas (e.g., alimentação, vestuário, higiene), devem ser satisfeitas as necessidades cognitivas (e.g., estimulação sensorial, estimulação física e socialização) e as necessidades socioemocionais (e.g., segurança, rede de relações sociais, participação e autonomia progressiva) (Bornstein & Putnick, 2012; CNPCJR, 2018).

No ponto de vista dos profissionais, fatores como o contexto, as características dos progenitores (e.g., história de vida, quadros psicopatológicos e dependências) e as características da criança (e.g., temperamento, comportamentos desviantes), bem como a saúde mental e outras problemáticas (e.g., dependência alcoólica, drogas, deficiências físicas) influenciam o comportamento parental determinando as competências parentais. Apesar destes determinantes poderem condicionar o desempenho parental, a representação das figuras parentais é apresentada de forma positiva no que diz respeito ao primado da sua

participação nas atividades socialmente construídas que visam a “*assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança*” (Hoghughi, 2004). A literatura aponta que a parentalidade assume múltiplas concepções que derivam de crenças que são significativamente diferentes de cultura para cultura (Holden, 2010). A comprovar, relativamente às crenças parentais, parece ter havido uma maior aderência de discursos que valorizavam a partilha dos papéis parentais em torno da criança, embora reconheçam, em consonância com outros estudos, a existência de uma divisão específica de tarefas atendendo ao género do progenitor (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002).

Deste modo, de acordo com estes resultados e numa perspetiva desenvolvimental, é necessário que os progenitores sejam dotados de competências que são cruciais para potenciar um desenvolvimento normativo para estas crianças (Díaz et al., 2001). Ainda assim, salientam que nem todas as famílias reúnem condições para exercerem a sua parentalidade, sugerindo para a necessidade de esta ser trabalhada precocemente nos diversos contextos. Efetivamente, os discursos dos profissionais mostram-se em linha com uma concepção da parentalidade como um constructo dinâmico, que pode distribuir-se num contínuo entre práticas adaptativas e inadaptativas e traduzir-se em diferentes resultados no desenvolvimento das crianças/jovens.

Apesar de assumirem a inexistência de perfis específicos dos progenitores e da criança, os profissionais reconhecem, em consonância com outros estudos (e.g., Ribeiro & Sani, 2009; Van Mourik, Crone, Pels & Reis, 2016), que a parentalidade em contextos de risco pode caracterizar-se pela presença de vários fatores de risco de ordem familiar, individual e contextual estando associados à probabilidade de um indivíduo assumir comportamentos desviantes e/ou estar envolvido em situações de violência na família. Mais especificamente, salientam dificuldades ao nível das práticas educativas (e.g., permissividade, punição física abusiva) e do envolvimento nos cuidados parentais, sendo que estas podem interferir no desenvolvimento da criança. A acrescentar, também fazem referência à ocorrência de acontecimentos stressantes, a problemas de saúde mental, à condição socioeconómica e habitacional, a violência na relação entre progenitores como variáveis que podem influenciar o modelo familiar. Estas perceções dos profissionais mostram-se coerentes com a evidência empírica sobre este domínio, sendo que salientam algumas dificuldades nestas famílias, designadamente o menor envolvimento destes progenitores nos cuidados parentais, práticas educativas mais punitivas, menor qualidade da relação conjugal, menor estabilidade da coparentalidade, menor suporte social e maiores

níveis de *stress* parental (Anderson, 2015; Friedson, 2016; D'Andrade & Sorkhabi, 2016, Geens & Vandenbroeck, 2014; Narciso et al., 2018) Efetivamente, o risco cumulativo de fatores de *stress* e consequente diminuição de fatores protetores pode comprometer as trajetórias de adaptação das famílias e inclusive das crianças ao longo da vida (Kochanska et al., 2012; Narciso et al., 2018; Nurius et al., 2015).

Em consequência, quando a família se configura com ambiente disruptivo, funcionamento desadequado, privação de recursos, estas envolvem-se, quase inevitavelmente, com os apoios formais, nomeadamente com os sistemas formais de protecção e com o sistema de justiça (Gómez, Muñoz & Haz, 2007; Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006). A perspetiva destes profissionais sobre a posição destas famílias face à mudança é que existem famílias que se preocupam com o exercício da sua parentalidade e do desenvolvimento dos filhos, procurando atenuar com o ajuda das Entidades. Ainda assim, estes profissionais referem que outras parecem apresentar dificuldades relativas à mudança e que por vezes pode despoletar uma resistência ao nível da intervenção devido às crenças, à não projeção de mudança e, ainda, pela imagem negativa que podem ter da Entidade que as acompanha. A comprovar, o envolvimento com as Entidades diminui quando as famílias entendem que é improvável existir uma mudança positiva nas suas dinâmicas familiares (Van Mourik et al., 2016).

Salienta-se que na Constituição da República Portuguesa (CRP, 1976) está consagrado o dever da sociedade e do Estado de protegerem as crianças e jovens, bem como as suas famílias. Este dever alia-se à existência de um Sistema de Promoção e Protecção, enquadrado pela Lei de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) que desde cedo assumiu um investimento em torno da intervenção comunitária, assegurando uma visão holística, sublinhando para a necessidade de existir interações e relações recíprocas entre os diferentes intervenientes, dando importância à complementaridade existente entre o trabalho desenvolvido pelas redes informais e pelas redes formais (CNPCJR, 2018).

Desta forma, os profissionais perspetivam o Sistema como um elemento relevante no ponto de vista do impacto na parentalidade, muito devido à existência de uma pareia de vários atores locais para a identificação das potencialidades e dos recursos disponíveis para intervir nas problemáticas sinalizadas. Contudo, ainda que o mesmo não deixe de ser utópico, sobressaem discursos sobre as fragilidades do funcionamento do Sistema (e.g., intervenção remediativa; morosidade das respostas; reduzidos recursos) que podem condicionar o processo de acompanhamento e intervenção.

Numa lógica prospetiva, e considerando a evolução utópica do Sistema verifica-se que os profissionais possuem uma visão clara das necessidades a ser colmatadas no funcionamento, nos recursos humanos, nas respostas comunitárias, na articulação com Entidades, na prevenção, na formação e nos recursos físicos. Tal resultado era esperado tendo em conta as evidências encontradas nos relatórios anuais de avaliação das atividades das comissões (CNPDP CJ, 2019). No entanto, alguns autores (Hardy & Darlington, 2008; McArthur & Thomson, 2011) salientam a necessidade de existir mais investigação e mais avaliações por parte do Sistema que incidam nas experiências e nas perspetivas das famílias quanto ao Sistema, com o objetivo de melhorar a intervenção junto desta população.

Em suma, o presente estudo apresenta algumas limitações que devem ser tidas em consideração e que se prendem essencialmente com o próprio processo de investigação neste contexto. A disponibilidade dos participantes, condicionada pela sobrecarga de trabalho e pela escassez de recursos humanos, bem como as condições físicas disponíveis (a existência de sala para realizar as entrevistas individuais) constituíram-se como dificuldades acrescidas no processo de recolha de dados. Acrescentar ainda que, não se recorreu a um co-codificador na análise do material recolhido para validação dos resultados devido à escassez do tempo. Não estão esgotadas todas as possibilidades de estudo sobre este tema, sendo que seria também enriquecedor existir uma maior diversidade de contextos, ainda que para estudos futuros seria pertinente ainda explorar as perceções das famílias intervencionadas pelo Sistema de Promoção e Proteção.

Referências Bibliográficas

- Álvarez-García, D., García, T., Barreiro-Collazo, A., Dobarro, A., & Antúnez, A. (2016). Parenting Style Dimensions as Predictors of Adolescent Antisocial Behavior. *Frontiers in Psychology*, 7, 1-9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01383>.
- Anderson, R. E. (2015). Focusing on family: Parent-child relationships and school readiness among economically impoverished black children. *The Journal of Negro Education*, 84(3), 442–456. <https://doi.org/10.7709/jnegroeducation.84.3.0442>.
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Regalia, C., & Scabini, E. (2011). Impact of family efficacy beliefs on Quality of family functioning and satisfaction with family life. *Applied Psychology: An International Review*, 60, 421-448. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2010.00442.x>.
- Barros, J., Silva, K., & Martins, M. (2019). Alienação parental – Realidade e riscos. In J. Martins & M. Simões (Coords.), *Crime, Desvio e Risco na Adolescência* (pp. 152-163). Lisboa: Edições Sílabo.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10.
- Beck, A. (1997). *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro: Artmed Zahar.
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83-96. <https://doi.org/10.2307/1129836>.
- Belsky, J., & Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental Psychopathology: Risk, disorder and Adaptation* (pp. 38-85) (2ª Ed.). New York: Wiley.
- Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2015). The multiple determinants of Parenting. *Developmental Psychopathology*, 38-85. <https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch2>.
- Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., López, M., Devaney, J., Spartt, T., Koopmans, C., Knorth, E., Witteman, C. L. M., Valle, J., & Hayes, D. (2015). Decision making in child protection: An international Comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and intervention recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 49, 63-75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.015>.
- Bhat, P., & Khadi, P. (2018). Maternal Parenting Quality: A Comparative Study of Urban and Rural Mother – Infant Dyads in Their Natural Settings. *Int. J. Pure App.*

- Bioscience*, 6(4), 63-70. <https://doi.org/10.18782/2320-7051.6690>.
- Bornstein, M. H., & Putnick, D. L. (2012). Cognitive and Socioemotional Caregiving in Developing Countries. *Child Developmental*, 83(1), 46-61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2011.01673.x>.
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39. <https://doi.org/10.7213/rpa.v29i64.19835>.
- Brasileiro, R. F., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, 33, 289-309.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronte-Tinkew, J., Horowitz, A., & Carrano, J. (2010). Aggravation and stress in parenting: Associations with co-parenting and father engagement among resident fathers. *Journal of Family Issues*, 31(4), 525-555. <https://doi.org/10.1177/0192513X09340147>.
- Bugental, D., & Happaney, K. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: the interactive effects of maternal attributions and child status at birth. *Developmental Psychology*, 40, 234-243. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.40.2.234>.
- Burrus, J., & Carney, L. C. (2015). Social Beliefs and Attitudes: Personality and the Isms. In J. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (Second Edition)* (pp. 162-167). Amsterdam, NL: Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.25082-4>.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. (2018). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*. Disponível em www.cnpdpcj.gov.pt/.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJCJ). (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividades das CPCJ 2018*. Disponível em www.cnpdpcj.gov.pt/.
- Costa, K. A., & Laport, T. J. (2019). Família e sociedade: uma análise sobre o processo do

- desenvolvimento humano. *Revista Mosaico*, 10(1), 49-55.
<https://doi.org/10.21727/rm.v10i1.1784>.
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Porto: LivPsic.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (1996). Emotional security as a regulatory process in a normal development and the development of psychopathology. *Development and Psychopathology*, 8, 123-139. <https://doi.org/10.1017/S0954579400007008>.
- Dias, M. B. (2001). *Manual de Direito das Famílias*. 8ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica: o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Díaz, A., Pérez, J., Martínez, M. T., Brito, A., & Herrera, E. (2001). El vínculo de apego en bebés prematuros: incubadora y método canguro. *Revista de Atención Temprana*, 4(1), 11-19.
- Donald, T., & Jureidini, J. (2004). Parenting capacity. *Child Abuse Review*, 13(1), 5-17.
<https://doi.org/10.1002/car.827>.
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In V. S. Lima (Coords.), *Clínica Universitária de Psicologia: Contributos para a intervenção em Psicologia* (pp. 151-172). Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Freire, F. N., & Alexandre, J. D. (2015). Fatores de risco e proteção numa amostra de adolescentes de etnia cigana. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Org.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção, Vol.3* (pp. 119-144). Lisboa: Edições Sílabo.
- Friedson, M. (2016). Authoritarian parenting attitudes and social origin: The multigenerational relationship of socioeconomic position to childrearing values. *Child Abuse & Neglect*, 51, 263–275. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.001>.
- Geens, N., & Vandebroek, M. (2014). The (ab)sense of a concept of social support in parenting research: A social work perspective. *Child and Family Social Work*, 19, 491–500. <https://doi.org/10.1111/cfs.12048>.
- Gomes, A. J. S., & Resende, V. R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>.
- Gómez, E., Muñoz, M., & Haz, A., (2007). Familias Multiproblemáticas y en riesgo social:

- características e intervención. *Psyche*, 16, 43-54. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282007000200004>.
- Gryczkowski, M., Jordan, S. S., & Mercer, S. H. (2017). Moderators of the Relations Between Mothers' and Fathers' Parenting Practices and Children's Prosocial Behavior. *Child Psychiatry and Human Development*, 49(2). <https://doi.org/10.1007/s10578-017-079-3>.
- Hardy, F., & Darlington, Y. (2008). What parents' value from formal support services in the context on identified child abuse. *Child and Family Social Work*, 13, 252-261. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2008.00545.x>.
- Hoghughi, M. S. (2004). Parenting: an introduction. In M. S. Hoghughi & N. Long (Eds.), *Handbook of Parenting Theory and Research for Practice* (pp. 1-18). Londres: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781848608160>.
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: a dynamic perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781452204000>.
- Isaacs, S. A., Roman, N. V., Savahl, S., & Sui, X.C. (2018). Using the RE-AIM framework to identify and describe best practice models in family-based intervention development: A systematic review. *Child & Family Social Work*, 23(1), 122-136. <https://doi.org/10.1111/cfs.12380>.
- Jeon, S., & Neppl, T. K. (2016). Intergenerational continuity in economic hardship, parental positivity, and positive parenting: The Association with child behavior. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 22-32. <https://doi.org/10.1037/fam0000151>.
- Keller, H., Hentschel, E., Yovsi, R. D., Lamm, B., Abels, M., & Hass, V. (2004). The Psycho-linguistic Embodiment of Parent Ethnotheories: A New Avenue to Understanding Cultural Processes in Parental Reasoning. *Culture & Psychology*, 10(3), 293-330. <https://doi.org/10.1177/1354067x04042890>.
- Keller, H., Lohaus, A., Volker, S., Elben, C., & Ball, J. (2003). Warmth and contingency and their relationship to maternal attitudes toward parenting. *The Journal of Genetic Psychology*, 164(3), 275-292. <https://doi.org/10.1080/00221320309597984>.
- Kristensen, H., Leon, S., D'Incao, B., & Dell'Anglio, D. (2004). Análise da frequência e do impacto de eventos stressores em uma amostra de adolescentes. *Interação em Psicologia*, 8, 45-55. <https://doi.org/10.5380/psi.v8i1.3238>.
- Kochanska, G., Kim, S., & Nordling, J. K. (2012). Challenging circumstances moderate the links between mothers' personality traits and their parenting in low-income

- families with young children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(6), 1040-1049. <https://doi.org/10.1037/a0030386>.
- Lei n.º 142/15, de 8 de setembro*. Diário da República: Série I, No 175 (2015). Acedido a 19 de outubro 2019. Disponível em www.dre.pt.
- Constituição da República Portuguesa*. Diário da República: Série I, No 86 (1976). Acedido a 23 de outubro de 2019. Disponível em www.dre.pt.
- Linhares, M. B. (2015). Família e desenvolvimento na primeira infância: processos de autorregulação, resiliência e socialização de crianças pequenas. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari & M. F. Chicaro (Org.), *Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil: Parentalidade em foco* (pp. 70-83). Brasil.
- Lordelo, E. R., Fonseca, A. L., & Araújo, M. L. V. (2000). Responsividade do ambiente de desenvolvimento: crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 73-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-7972200000010000>.
- Luster, T., & Okagaki, L. (2005). *Parenting: na ecological perspective*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates. <https://doi.org/10.4324/9781410613394>.
- Macana, E. C., & Comim, F. (2015). O papel das práticas e estilos parentais no desenvolvimento da primeira infância. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari & M. F. Chicaro (Org.), *Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil: Parentalidade em foco* (pp. 34-47). Brasil.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Vila-Lobos, A. J. (2002). Crianças expostas a múltiplas formas de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes. Vol. II: Crianças* (pp. 133-168). Coimbra: Quarteto.
- Margolin G., & Gordis, E. B. (2000). The effects of family violence on children. *Annual Review Psychology*, 51, 445-479. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.445>.
- Marques, G. (2017). *O impacto da doença oncológica da criança na família*. Porto: Edições Afrontamento.
- McArthur, M., & Thomson, L. (2011). Families' views on a coordinated family support service. *Family Matters*, 89, 71-81.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points of co-parenting theory and research. *Journal of Adult Development*, 11, 221-234. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed>.
- Meena, L., Pandey, S., Rai, M., Bharti, A., & Sunder, S. (2012). Knowledge, attitude, and

- practices (kap) study on HIV/aids among HIV patients, care givers and general population in north-eastern part of India. *International Journal of Medical Science and Public Health*, 2(1), 36-42. <https://doi.org/10.5455/ijmsph.2013.2.36-42>.
- Mondin, E. M. C. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26(54), 233-244. <https://doi.org/10.7213/rpa.v26i54.19885>.
- Montigny, F., Lacharite, C., & Amyot, É. (2006). The transition to fatherhood: the role of formal and informal support structures during the post-partum period. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 15(4), 601-609. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400008>.
- Moreira, C. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Morgado, A., & Vale-Dias, M. (2016). Comportamento Antissocial na Adolescência: O papel de características individuais num fenómeno social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 17(1), 15-22. <https://doi.org/10.15309/15psd170103>.
- Murray, C. (2003). Risk factors, protective factors, vulnerability, and resilience: A framework for Understanding and supporting the adult transition of youth with high incidence disabilities. *Remedial and Special Education*, 24(1), 16-26. <https://doi.org/10.1177/074193250302400102>.
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., de Santa-Bárbara, S., & Machado, I. (2018). Mapping the “good mother” – Meanings and experiences in economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review*, 93, 418-427. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.08.029>.
- Nurius, P. S., Prince, D. M., & Rocha, A. (2015). Cumulative disadvantage and youth wellbeing: A multi-domain examination with life course implications. *Child Adolescence Social Work Journal*, 32, 567–576. <https://doi.org/10.1007/s10560-015-0396-2>.
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2016). *Parenting Matters: Supporting Parents of Children Ages 0-8*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/21868>.
- Newman, L., & Stevenson, C. (2005). Parenting and borderline Personality: Ghosts in the nursery. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 10, 385-394. <https://doi.org/10.1177/1359104505053756>.
- Oliveira, M. S. (2016). Famílias Multiproblemáticas: Estratégias para Uma Intervenção

- Psicossocial. In A. I. Sani & S. Caridade (Coords.), *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp. 221-229). Lisboa: Pactor.
- Plomin, R., & Crabbe, J. (2000). DNA. *Psychological Bulletin*, 126, 806-828.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.6.806>.
- Pope, C., & Mays, N. (2005). *Pesquisa Qualitativa: na atenção à saúde*. Porto Alegre: Artmed.
- Regehr, C., Bogo, M., Shlonsky, A., & LeBlanc, V. (2010). Confidence and professional judgment in assessing children's risk of abuse. *Research on Social Work Practice*, 20(6), 621-628. <https://doi.org/10.1177/1049731510368050>.
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.
- Rodrigues, L., Calheiros, M., & Pereira, C. (2015). The decision of out-of-home placement in residential care after parental Neglect: Empirically testing a psychosocial model. *Child Abuse & Neglect*, 49, 35-49. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.014>.
- Sameroff, A. (2010). A Unified Theory of Development: A Dialectic Integration of Nature and Nurture. *Child Development*, 81(1), 6-22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>.
- Sani, A. (2006). Vitimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), 849-864.
- Santos, A. L., Cecílio, H. P. M., Teston, E. F., & Marcon, S. S. (2012). Knowing the family functionality under the view of a chronically ill patient. *Text Context Nursing*, 21(4), 879-886. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000400019>.
- Senese, V. P., Bornstein, M. H., Haynes, O. M., Rossi, G., & Venuti, P. (2012). A cross-cultural comparison of mothers' beliefs about their parenting very young children. *Infant Behavior & Development*, 35, 479-488.
<https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2012.02.006>.
- Sperling, S., & Mowder, B. A. (2006). Parenting perceptions: Comparing parents of typical and special needs preschoolers. *Psychology in the Schools*, 43(6), 695-700.
<https://doi.org/10.1002/pits.20180>.
- Silva, F. A. C., Andrade, P. R., Barbosa, T. R., Hoffmann, M. V., & Macedo, C. R. (2009). Representação do processo de adoecimento de crianças e jovens oncológicos junto aos familiares. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 13(2), 334-341.
<https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000200014>.

- Silva, M. I., & Vieira, M. L. (2018). Relações entre a parentalidade e a personalidade de pais e mães: uma revisão integrativa da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 361-383. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38125>.
- Silva, M. R., & Piccinini, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: Um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 561-573. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000400015>.
- Solmeyer, A. R., & Feinberg, M. E. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and co-parenting relationship Quality. *Infant Behavior and Development*, 34(4), 504-514. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2011.07.006>.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2007). Are practitioners incorporating a strengths-focused approach when working with multi-problem poor families? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 53-66. <https://doi.org/10.1002/casp.875>.
- Teti, D. M., & Cole, P. M. (2011). Parenting at risk: New perspectives, new approaches. *Journal of Family Psychology*, 25(5), 625-634. <https://doi.org/10.1037/a0025287>.
- Van Mourik, K., Crone, M. R., Pels, T. V. M., & Reis, R. (2016). Parents' beliefs about the cause of parenting problems and relevance of parenting support: Understanding low participation of ethnic minority and low socioeconomic status families in the Netherlands. *Children and Youth Services Review*, 61, 345-352. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.12.028>.
- Waters, E., & Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00130>.